

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	1
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO	9
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS	11
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	12
6. CONSUMIDORES, REVENDADORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	12
7. TRIBUTOS COMPENSAVEIS	13
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	15
10. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	16
11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO	16
12. ATIVOS DE CONTRATO	18
13. INTANGÍVEL	19
14. ARRENDAMENTOS	20
15. FORNECEDORES	21
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES	22
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	23
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS	26
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	26
20. PROVISÕES	29
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	35
22. RECEITA	35
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	38
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	41
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	42
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	44
27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	48
28. RISCOS RELACIONADOS A COMPLIANCE COM LEIS E REGULAMENTOS	48
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	50
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR	59

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
ATIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	571.799	198.694
Títulos e valores mobiliários	5	911.413	342.243
Consumidores e revendedores	6	2.777.032	3.021.976
Concessionários - transporte de energia	6	340.977	264.910
Tributos compensáveis	7	1.397.399	1.907.198
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8a	22.525	45.363
Estoques		28.925	29.963
Contribuição de iluminação pública		201.330	233.315
Reembolso subsídios tarifários	10	90.932	287.420
Subvenção baixa renda		52.541	46.540
Ativos setoriais da concessão	11b	958.459	1.221.433
Outros ativos		292.098	161.923
Total do circulante		7.645.430	7.760.978
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	3.233	69.125
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8b	2.215.225	1.656.651
Tributos compensáveis	7	863.924	1.197.692
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8a	74.280	68.967
Depósitos vinculados a litígios	9	645.720	619.772
Concessionários - transporte de energia	6	44.981	48.148
Outros ativos		12.894	13.352
Ativos setoriais da concessão	11b	-	926.115
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura	11a	1.059.552	683.729
Ativos de contrato	12	2.517.846	1.926.652
Intangíveis	13	10.169.806	9.449.638
Arrendamentos - direito de uso	14	162.194	176.809
Total do não circulante		17.769.655	16.836.650
Ativo total		25.415.085	24.597.628

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
PASSIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2022	31/12/2021
Circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	911.644	875.254
Fornecedores	15	1.811.209	2.019.994
Impostos, taxas e contribuições	16	193.708	226.823
Salários e encargos sociais		169.372	141.428
Encargos regulatórios	18	414.200	499.178
Participação dos empregados e administradores no resultado		77.051	87.116
Obrigações pós-emprego	19	264.770	244.559
Contribuição de iluminação pública		290.352	357.106
Créditos de energia injetada		378.920	236.000
Passivos setoriais da concessão	11	-	51.359
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	25	1.106.176	916.961
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	16	1.873.276	704.025
Arrendamentos - obrigações	14	21.120	49.261
Outros passivos		267.151	250.829
Total do circulante		7.778.949	6.659.893
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	3.795.880	3.371.907
Provisões	20	1.291.310	1.203.590
Obrigações pós-emprego	19	3.994.639	3.928.836
Encargos regulatórios	18	57.518	197.457
Passivos setoriais da concessão	11	271.196	-
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	16	1.545.228	2.132.289
Arrendamentos - obrigações	14	159.045	141.751
Outros passivos		19.245	19.239
Total do não circulante		11.134.061	10.995.069
Total do passivo		18.913.010	17.654.962
Patrimônio líquido			
	21		
Capital social		5.371.998	5.371.998
Reservas de lucros		3.404.039	3.404.039
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.833.371)	(1.833.371)
Prejuízos acumulados		(440.591)	-
Total do patrimônio líquido		6.502.075	6.942.666
Total do passivo e do patrimônio líquido		25.415.085	24.597.628

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Receita	22	14.845.793	15.754.015
Custos operacionais			
Custo com energia elétrica	23a	(8.781.608)	(10.409.492)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição	23b	(2.162.794)	(1.205.933)
Custos de operação	23c	(1.932.216)	(1.803.811)
		(12.876.618)	(13.419.236)
Lucro bruto		1.969.175	2.334.779
Despesas operacionais	23c		
Perdas estimadas de créditos com liquidação duvidosa - PECLD		(48.003)	(66.065)
Despesas gerais e administrativas		(552.987)	(317.910)
Outras despesas operacionais, líquidas		(480.023)	(393.176)
		(1.081.013)	(777.151)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		888.162	1.557.628
Receitas financeiras	24	592.752	472.047
Despesas financeiras	24	(1.719.444)	(458.983)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(238.530)	1.570.692
Imposto de renda e contribuição social correntes	8c	(337.467)	(482.026)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	558.574	51.101
Lucro (prejuízo) líquido do período		(17.423)	1.139.767
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	21	(0,01)	0,48

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Receita	22	5.740.890	6.291.002
Custos operacionais			
Custo com energia elétrica	23a	(3.077.521)	(4.400.225)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição	23b	(1.050.012)	(486.414)
Custos de operação	23c	(685.480)	(545.979)
		(4.813.013)	(5.432.618)
Lucro bruto		927.877	858.384
Despesa operacional	23c		
Perdas estimadas de créditos com liquidação duvidosa - PECLD (reversão)		85.706	(29.676)
Despesas gerais e administrativas		(175.673)	(123.046)
Outras despesas operacionais, líquidas		(167.178)	(153.791)
		(257.145)	(306.513)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		670.732	551.871
Receitas financeiras	24	195.706	186.487
Despesas financeiras	24	(184.241)	(183.881)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		682.197	554.477
Imposto de renda e contribuição social correntes	8c	(181.669)	(185.106)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	6.400	30.603
Lucro líquido do período		506.928	399.974
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	21	0,21	0,17

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)**

	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Lucro (prejuízo) líquido do período	(17.423)	1.139.767
Resultado abrangente do período	(17.423)	1.139.767

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)**

	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Lucro líquido do período	506.928	399.974
Resultado abrangente do período	506.928	399.974

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	5.371.998	2.653.670	(2.004.037)	-	6.021.631
Lucro líquido do período	-	-	-	1.139.767	1.139.767
Resultado abrangente do período	-	-	-	1.139.767	1.139.767
Juros sobre o capital próprio declarados (R\$0,1218 por ação)	-	-	-	(287.228)	(287.228)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021	5.371.998	2.653.670	(2.004.037)	852.539	6.874.170
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	5.371.998	3.404.039	(1.833.371)	-	6.942.666
Prejuízo do período	-	-	-	(17.423)	(17.423)
Resultado abrangente do período	-	-	-	(17.423)	(17.423)
Juros sobre o capital próprio declarados (R\$0,1794 por ação)	-	-	-	(423.168)	(423.168)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022	5.371.998	3.404.039	(1.833.371)	(440.591)	6.502.075

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) líquido do período		(17.423)	1.139.767
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Obrigações pós-emprego	19	338.276	255.629
Amortização	13b e 14a	542.503	500.919
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	23c	48.003	66.065
Demais provisões	23c	197.174	13.501
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável de ativos de contrato	12	(19.198)	(3.722)
Valor residual líquido de ativos financeiros da concessão e intangível baixados	11a e 13b	13.022	19.327
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	22	(1.641.578)	(876.000)
Juros e variações monetárias		1.454.167	303.825
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	11a	(28.401)	(37.959)
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	17	1.764	1.346
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	22	1.367.694	(1.908.899)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8a	(558.574)	(51.101)
		<u>1.697.429</u>	<u>(577.302)</u>
(Aumento) redução de Ativos			
Consumidores e revendedores		196.941	(302.866)
Concessionários - transporte de energia		(72.900)	(12.910)
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros		190.658	-
Tributos compensáveis	7	693.711	(30.658)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(24.887)	(42.006)
Depósitos vinculados a litígios		6.731	(76.870)
Contribuição de iluminação pública		31.985	(57.619)
Reembolso subsídios tarifários	10	196.488	635
Subvenção baixa renda		(6.001)	(1.907)
Outros		(147.037)	(27.178)
		<u>1.065.689</u>	<u>(551.379)</u>
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(226.451)	683.994
Impostos, taxas e contribuições		670.572	695.261
Imposto de renda e contribuição social a pagar		337.467	482.026
Salários e encargos sociais		27.944	9.578
Contribuição de iluminação pública		(66.754)	29.936
Encargos regulatórios	18	(223.495)	188.789
Obrigações pós-emprego	19	(252.262)	(218.132)
Provisões	20	(92.518)	(64.143)
Participação dos empregados e administradores no resultado		(10.065)	(3.975)
Outros		187.816	134.489
		<u>352.254</u>	<u>1.937.823</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>3.115.372</u>	<u>809.142</u>
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	17	<u>(195.346)</u>	<u>(163.300)</u>
Juros de arrendamento pagos	14	(1.989)	(1.758)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>2.918.037</u>	<u>644.084</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Em Títulos e Valores Mobiliários - aplicação financeira	5	(503.278)	1.379.856
No intangível	13	(42.483)	(23.566)
No ativo de contrato	12	(2.090.052)	(1.178.237)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		<u>(2.635.813)</u>	<u>178.053</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Obtenção de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos	17	987.534	-
Pagamento de arrendamento	14b	(41.975)	(41.525)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	17	(684.200)	(992.786)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(170.478)	(242.744)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		<u>90.881</u>	<u>(1.277.055)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	198.694	659.045
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	4	<u>571.799</u>	<u>204.127</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Receitas		
Venda de energia e serviços	21.314.949	22.528.243
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	2.162.794	1.205.933
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	28.401	37.959
Créditos de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores	(829.783)	-
Outras receitas	-	10.459
Ajuste para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(48.003)	(66.065)
	22.628.358	23.716.529
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(7.198.583)	(8.960.729)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(2.297.979)	(2.376.249)
Serviços de terceiros	(1.692.751)	(1.336.004)
Materiais	(1.409.514)	(721.035)
Outros custos operacionais	(329.324)	(182.781)
	(12.928.151)	(13.576.798)
Valor adicionado bruto	9.700.207	10.139.731
Retenções		
Amortização	(542.503)	(500.919)
Valor adicionado líquido	9.157.704	9.638.812
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	597.875	472.047
Valor adicionado a distribuir	9.755.579	10.110.859
Distribuição do valor adicionado		
Empregados	1.024.285	890.026
Remuneração direta	553.995	528.374
Benefícios de curto prazo e pós-emprego	399.785	300.922
FGTS	33.570	31.661
Programa de desligamento voluntário programado	36.935	29.069
Impostos, taxas e contribuições	6.991.393	7.613.023
Federais	3.462.619	3.346.412
Estaduais	3.524.834	4.262.415
Municipais	3.940	4.196
Remuneração de capitais de terceiros	1.757.324	468.043
Juros	1.749.703	463.237
Aluguéis	7.621	4.806
Remuneração de capital próprio	(17.423)	1.139.767
Juros sobre capital próprio	423.168	287.228
Lucros (prejuízo) retidos	(440.591)	852.539
	9.755.579	10.110.859

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.986.718 consumidores em 30 de setembro de 2022.

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem a vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016 e estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também indicadores econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do prazo de concessão.

1.1. Adesão à Conta de Escassez Hídrica

De acordo com o Decreto nº 10.939/2022, que fixou os valores dos recursos da Conta de Escassez Hídrica referentes aos montantes solicitados pelas concessionárias por meio do Termo de Aceitação da ReN nº 1.008/2022, a Companhia solicitou o teto dos recursos do primeiro repasse, referentes ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária de Consumo, bem como da importação de energia autorizada pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (“CREG”) para os meses de julho e agosto de 2021, totalizando R\$190.658, recebidos em 09 de maio de 2022.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as informações contábeis intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Salvo mudança de estimativa das perdas esperadas, conforme nota explicativa nº 6, e pelas novas normas ou alterações vigentes desde 1 de janeiro de 2022, estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2022.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 11 de novembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias.

2.2. Correlação entre as notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras anuais e as informações contábeis intermediárias.

Número das notas explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2021	30/09/2022	
1	1	Contexto operacional
2	2	Base de preparação
3	-	Da concessão
4	3	Informações por segmentos operacionais
5	4	Caixa e equivalentes de caixa
6	5	Títulos e valores mobiliários
7	6	Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia
8	7	Tributos compensáveis
9	8	Imposto de renda e contribuição social
10	9	Depósitos vinculados a litígios
11	10	Reembolso de subsídios tarifários
12	11	Ativos e passivos financeiros e setoriais da concessão
13	12	Ativos de contrato
14	13	Intangível
15	14	Arrendamentos
16	15	Fornecedores
17	16	Impostos, taxas e contribuições e valores a restituir a consumidores
18	17	Empréstimos, financiamentos e debêntures
19	18	Encargos regulatórios
20	19	Obrigações pós-emprego
21	20	Provisões
22	21	Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas
23	22	Receita
24	23	Custos e despesas operacionais
25	24	Receitas e despesas financeiras
26	25	Transações com partes relacionadas
27	26	Instrumentos financeiros e gestão de riscos
28	-	Seguros
29	-	Obrigações contratuais
30	27	Transações não envolvendo caixa
31	28	Riscos relacionados a <i>compliance</i> com leis e regulamentos
32	29	Eventos subsequentes

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias (ITR), pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações contábeis intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das notas explicativas
3	Das concessões
28	Seguros
29	Obrigações contratuais

2.3. Pronunciamentos revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações do CPC 25/ IAS 37 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - contratos onerosos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022 ou após esta data, não impactaram as informações contábeis intermediárias da Companhia.

2.4. Reagrupamento das Demonstrações dos Resultados

A partir do terceiro trimestre de 2022, a Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Os referidos ajustes não afetam margens e indicadores, representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia. A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao período findo em 30 de setembro de 2021 estão sendo apresentadas neste mesmo critério. Tais ajustes foram considerados imateriais pela Companhia.

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2022	31/12/2021
Contas bancárias	26.347	104.930
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (1)	479.266	77.814
Aplicações automática - Overnight (2)	66.186	15.950
	545.452	93.764
	571.799	198.694

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), que variam entre 80% a 112% do CDI em 30 de setembro de 2022 (70% a 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021), conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de aplicações automáticas (*overnight*) consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou entre 13,62% a.a. a 13,64% a.a. em 30 de setembro de 2022 (8,87% a.a. a 9,14% a.a. em 31 de dezembro de 2021) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 26.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/09/2022	31/12/2021
Certificados de Depósitos Bancários (1)	344.759	19.689
Letras Financeiras (LF) - Bancos (2)	500.440	345.714
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (3)	62.762	34.937
Debêntures (4)	5.541	4.862
Outros	1.144	6.166
	914.646	411.368
Ativo circulante	911.413	342.243
Ativo não circulante	3.233	69.125

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual que variou de 103% a 105,3% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip) em 30 de setembro de 2022 (107,24% do CDI em 31 de dezembro de 2021), conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras - Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira da Cemig D possuem taxa de remuneração que variam entre 104,76% a 115% do CDI em 30 de setembro de 2022 (105% a 130% do CDI em 31 de dezembro de 2021).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs possuem taxa de remuneração que varia entre 13,65% a.a. a 13,90% a.a. em 30 de setembro de 2022 (9,12% a.a. a 9,50% a.a. em 31 de dezembro de 2021).
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% a.a. a 114,29% do CDI em 30 de setembro de 2022 (TR + 1% a.a. a 109% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 25 e 26.

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a vencer		Vencidos			Total	
	Faturado	Não Faturado	até 90 dias	de 91 a 360 dias	há mais de 360 dias	30/09/2022	31/12/2021
Residencial	642.248	288.348	312.105	340.142	130.351	1.713.194	1.871.570
Industrial	30.219	65.404	13.492	13.491	137.252	259.858	261.341
Comércio, serviços e outras	279.669	163.658	80.224	102.169	155.408	781.128	765.846
Rural	127.931	87.653	49.959	40.105	28.355	334.003	349.398
Poder público	76.717	32.084	4.605	910	18.012	132.328	236.355
Iluminação pública	11.821	549	547	115	1.222	14.254	22.320
Serviço público	49.702	43.567	4.949	4.253	30.024	132.495	124.974
Subtotal - consumidores	1.218.307	681.263	465.881	501.185	500.624	3.367.260	3.631.804
Concessionários - transporte de energia	64.998	305.548	13.955	2.875	81.404	468.780	400.817
Suprimento - energia de curto prazo	-	-	46.100	6.963	913	53.976	77.284
Provisão para perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa	(139.605)	(12.030)	(37.722)	(96.420)	(441.249)	(727.026)	(774.871)
	1.143.700	974.781	488.214	414.603	141.692	3.162.990	3.335.034
Ativo circulante							
Consumidores e revendedores						2.777.032	3.021.976
Concessionários - transporte de energia						340.977	264.910
Ativo não circulante							
Concessionários - transporte de energia						44.981	48.148

As transações envolvendo partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa nº 25.

A partir de agosto de 2022, a fim de refletir de forma mais adequada a estimativa das perdas esperadas referente aos saldos vencidos de clientes, o limite para reconhecimento integral de perdas foi alterado de 12 para 24 meses, resultando em uma reversão de R\$130.569 nas perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa no terceiro trimestre de 2022.

As perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa são consideradas suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/09/2022	31/12/2021
Residencial	211.911	217.594
Industrial	134.226	141.009
Comércio, serviços e outras	203.019	212.464
Rural	30.096	32.795
Poder público	31.620	44.993
Iluminação pública	143	988
Serviço público	33.190	37.269
Concessionários - transporte de energia	82.821	87.759
	727.026	774.871

A movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa no período é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	774.871
Constituições, líquidas (Nota 23)	48.003
Baixas	(95.848)
Saldo em 30 de setembro de 2022	727.026

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	30/09/2022	31/12/2021
Circulante		
ICMS a recuperar	50.158	77.705
Cofins (a)	1.106.878	1.502.006
PIS/Pasep (a)	239.949	327.075
Outros	414	412
	1.397.399	1.907.198
Não circulante		
ICMS a recuperar	448.191	312.339
Cofins (a)	341.575	727.425
PIS/Pasep (a)	74.158	157.928
	863.924	1.197.692
	2.261.323	3.104.890

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

A Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgado em favor da Companhia.

A Companhia optou por recuperar os créditos tributários por meio de compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, dentro do prazo prescricional de 5 anos, tendo iniciado as compensações no mês de maio de 2020.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Companhia havia constituído um passivo relativo à parcela dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a sua receita de atualização.

Em 27 de junho, o Projeto de Lei nº 1.280/22, que previa a destinação integral dos créditos tributários relacionados à questão do PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS aos clientes das distribuidoras de energia elétrica, sem a limitação do período de 10 anos mencionado acima, foi convertido na Lei nº 14.385/22, tendo a Companhia registrado complemento ao passivo constituído conforme notas explicativas nº 16 e nº 20.

A Administração da Companhia avalia junto aos assessores legais eventuais ações futuras relacionadas à questão.

A Companhia possui registrado em 30 de setembro de 2022 o montante de R\$1.344.901 no ativo circulante e R\$415.733 no ativo não circulante referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, com atualização pela Selic até a data da sua efetiva compensação.

Até o terceiro trimestre de 2022, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$1.089.377 (R\$991.109 no mesmo período de 2021).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	30/09/2022	31/12/2021
Imposto de renda	63.673	37.388
Contribuição social	33.132	76.942
	96.805	114.330
Circulante	22.525	45.363
Não circulante	74.280	68.967

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	30/09/2022	31/12/2021
Ativos fiscais diferidos		
Obrigações pós-emprego	1.377.381	1.324.647
Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa	282.959	292.275
Provisão para redução a valor recuperável	15.542	22.552
Provisões operacionais	502.863	-
Provisões para contingências	382.630	350.522
Taxa de administração	4.594	4.875
Participação de empregados e administradores no resultado	26.197	29.620
Outros	8.022	7.029
	2.600.188	2.031.520
Passivos fiscais diferidos		
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(210.854)	(207.940)
Encargos financeiros capitalizados	(168.385)	(164.716)
Custo de captação	(5.724)	(2.213)
	(384.963)	(374.869)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	2.215.225	1.656.651

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.656.651
Efeitos alocados ao resultado	558.574
Saldo em 30 de setembro de 2022	2.215.225

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Resultado antes dos impostos	(238.530)	1.570.692
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	81.100	(534.035)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	143.877	97.657
Incentivos fiscais	27.955	31.737
Contribuições e doações indedutíveis	(5.076)	(3.871)
Multas indedutíveis	(24.381)	(12.456)
Outros	(2.368)	(9.957)
	221.107	(430.925)
Alíquota efetiva	(92,70%)	27,44%
Corrente	(337.467)	(482.026)
Diferido	558.574	51.101

	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Resultado antes dos impostos	682.197	554.477
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(231.947)	(188.522)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	47.753	35.748
Incentivos fiscais	14.522	12.228
Contribuições e doações indedutíveis	(2.418)	(2.247)
Multas indedutíveis	(2.821)	(2.311)
Outros	(358)	(9.399)
	(175.269)	(154.503)
Alíquota efetiva	(25,69%)	27,86%
Corrente	(181.669)	(185.106)
Diferido	6.400	30.603

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	30/09/2022	31/12/2021
Trabalhista	208.294	215.540
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	11.957	11.486
IR/INSS indenização do anuênio (1)	215.080	207.863
JCP na base de cálculo de IR/CS (2)	85.832	81.479
Outros	58.152	43.995
	371.021	344.823
Outros		
Regulatório	30.777	29.425
Cível	5.758	5.696
Relações de consumo	7.039	6.230
Bloqueio judicial	11.467	13.008
Patrimonial	5.136	555
Outros	6.228	4.495
	66.405	59.409
	645.720	619.772

(1) Ver detalhes na nota explicativa nº 20 - Provisões - Indenização do anuênio;

(2) Ver detalhes na nota explicativa nº 20 - Provisões - Juros sobre Capital Próprio (JCP).

10. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados por meio dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE).

Até o terceiro trimestre de 2022, o montante apropriado como receitas dos demais subsídios, reembolsados através dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE), foi de R\$710.659 (R\$740.367 em 30 de setembro de 2021). Deste valor, a Companhia tem a receber o montante de R\$90.932 (R\$81.981 em 31 de dezembro de 2021), reconhecidos no ativo circulante.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

ATIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO	30/09/2022	31/12/2021
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura (a)	1.059.552	683.729
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (b)	958.459	2.147.548
	2.018.011	2.831.277
Ativo circulante	958.459	1.221.433
Ativo não circulante	1.059.552	1.609.844
PASSIVOS SETORIAIS DA CONCESSÃO	30/09/2022	31/12/2021
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (b)	(271.196)	(51.359)
Passivo circulante	-	(51.359)
Passivo não circulante	(271.196)	-

a) Ativos financeiros relacionados à infraestrutura

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	683.729
Transferências de ativos de contrato (Nota 12)	368.208
Transferência para o ativo intangível (nota 13)	(19.845)
Baixas	(941)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	28.401
Saldo em 30 de setembro de 2022	1.059.552

b) Ativos e passivos setoriais - conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

Os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais, que nas informações contábeis intermediárias estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados estão demonstrados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	30/09/2022			31/12/2021		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	856.794	101.665	958.459	988.850	4.133.064	5.121.914
Ativo circulante	856.794	101.665	958.459	988.850	2.397.151	3.386.001
Ativo não circulante	-	-	-	-	1.735.913	1.735.913
Passivo	-	(271.196)	(271.196)	(1.040.209)	(1.985.516)	(3.025.725)
Passivo circulante	-	-	-	(1.040.209)	(1.175.718)	(2.215.927)
Passivo não circulante	-	(271.196)	(271.196)	-	(809.798)	(809.798)
Total circulante líquido	856.794	101.665	958.459	(51.359)	1.221.433	1.170.074
Total não circulante líquido	-	(271.196)	(271.196)	-	926.115	926.115
Total líquido	856.794	(169.531)	687.263	(51.359)	2.147.548	2.096.189

COMPONENTES FINANCEIROS	30/09/2022			31/12/2021		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético - CDE	220.560	(226.964)	(6.404)	23.593	(90.715)	(67.122)
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	40.773	90.726	131.499	145.817	97.203	243.020
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	(2.595)	7.384	4.789	13.172	(972)	12.200
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia - PROINFA	62.960	-	62.960	11.427	18.664	30.091
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva - EER	589.897	139.162	729.059	30.948	953.014	983.962
Energia elétrica comprada para revenda	350.285	(1.120.652)	(770.367)	389.548	1.144.892	1.534.440
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia (1)	64.986	511.028	576.014	(67.566)	225.237	157.671
Neutralidade da parcela A	(52.293)	248.197	195.904	24.269	73.081	97.350
Devolução faturamento - Conta-Covid (2)	-	-	-	(371.350)	-	(371.350)
Outros itens financeiros	(377.559)	210.386	(167.173)	(230.046)	(225.769)	(455.815)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(40.220)	(28.798)	(69.018)	(21.171)	(47.087)	(68.258)
TOTAL	856.794	(169.531)	687.263	(51.359)	2.147.548	2.096.189

- (1) A Cemig Distribuição interpôs recurso junto à Diretoria da Aneel, para que passasse a refletir valores de sobrecontratação involuntária dos agentes de distribuição condizentes com os critérios de aferição de máximo esforço constantes da Resolução Normativa Aneel nº 453/2011. A Companhia não possui expectativa de perdas em relação à realização desses valores e reconhece esse direito, no montante de R\$238.064 em 30 de setembro de 2022, como outros componentes financeiros a serem homologados. Esse assunto encontra-se em discussão em âmbito recursal na Aneel, contudo, a decisão do Despacho SGT/SEM nº 2.508, de 2020, está vigente e foi considerada no último processo tarifário, no qual foi homologado parte do valor referente à sobrecontratação de 2017, no montante de R\$39.270.

- (2) Componente financeiro criado para devolução dos valores faturados dos consumidores em função do recebimento destes via Conta-Covid, no exercício de 2020. Estes valores foram devolvidos aos consumidores no processo tarifário de 2021, devidamente atualizado pela Selic, assegurada a neutralidade.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.096.189
Constituição líquida de ativos (passivos) financeiros	(954.057)
Realização	(413.637)
(-) Recebimento empréstimo em conta de escassez hídrica	(190.658)
Atualização Selic (Nota 24)	149.426
Saldo em 30 de setembro de 2022	687.263

Reajuste Tarifário Anual

Em 22 de junho de 2022, após prorrogação de 25 dias na vigência das tarifas em vigor desde 28 de maio de 2021, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia para vigência até 27 de maio de 2023, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 8,80%, sendo 14,31%, em média, para consumidores conectados na Alta Tensão e de 6,23%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão. Para os consumidores residenciais conectados na Baixa Tensão, o reajuste médio foi de 5,22%.

Este resultado decorre de variação de custos da parcela B (custos gerenciáveis), de 3,89%, em função da inflação (IPCA) apurada nos 12 meses anteriores, e os repasses diretos dentro da tarifa, que impactaram em 4,91%, sendo estes últimos sem efeito econômico para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, referentes aos seguintes itens: (a) aumento de 4,78% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão, já tendo sido considerado o efeito redutor da inclusão de R\$409.920 de repasse do aporte na CDE oriundo do processo de capitalização da Eletrobrás; (b) redução de 9,32% referente aos componentes financeiros do processo atual, destacando-se a inclusão de R\$2.810.830 referentes à devolução de créditos de PIS/Pasep e Cofins, que gerou uma variação negativa na tarifa de 15,20%; bem como o efeito de 9,45% referente à (c) retirada dos componentes financeiros do processo anterior. Para mais informações sobre a restituição aos consumidores dos créditos de PIS/Pasep e Cofins, ver nota explicativa nº 16.

12. ATIVOS DE CONTRATO

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.926.652
Adições	2.120.311
Transferências para o ativo financeiro (Nota 11)	(368.208)
Transferências para o ativo intangível (Nota 13)	(1.180.107)
Reversão de perda por redução ao valor recuperável (1)	19.198
Saldo em 30 de setembro de 2022	2.517.846

(1) Refere-se à reversão de provisões para perdas registradas em ativos em curso (obras canceladas).

Dentre as adições realizadas no período de janeiro a setembro de 2022, no montante de R\$2.120.311, está contemplado R\$30.259 (R\$8.417 no mesmo período de 2021) a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 17.

13. INTANGÍVEL

a) Composição do saldo

	30/09/2022			31/12/2021		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da concessão	24.519.855	(11.073.289)	13.446.566	22.935.008	(10.473.515)	12.461.493
(-) Obrigações especiais (c)	(5.187.980)	1.756.541	(3.431.439)	(4.773.952)	1.613.335	(3.160.617)
Ativos da concessão líquidos	19.331.875	(9.316.748)	10.015.127	18.161.056	(8.860.180)	9.300.876
Intangível em curso	154.679	-	154.679	148.762	-	148.762
Total do intangível	19.486.554	(9.316.748)	10.169.806	18.309.818	(8.860.180)	9.449.638

b) Movimentação do ativo intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.449.638
Adições	42.483
Baixas	(12.081)
Transferência de ativos de contrato (Nota 12)	1.180.107
Transferência do ativo financeiro (nota 11)	19.845
Amortização	(510.186)
Saldo em 30 de setembro de 2022	10.169.806

Dentre as adições realizadas no período de janeiro a setembro de 2022, não houve movimentação a título de encargos financeiros (reversão de R\$4.163 no mesmo período de 2021).

As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos, refletem o padrão de consumo esperado dos mesmos e são revisados anualmente pela Administração, conforme apresentado a seguir:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão - classe tensão inferior a 69kV	4,35		
Medidor eletrônico	7,69		

A taxa de amortização média anual dos ativos vinculados à concessão de distribuição é de 4,09%, que representa, por atividade:

Distribuição	Administração
3,91%	15,72%

c) Obrigações especiais

O saldo do ativo intangível está reduzido pelas obrigações vinculadas à concessão, que possuem a seguinte composição:

Obrigações Vinculadas à Concessão	30/09/2022	31/12/2021
Participação Financeira do Consumidor (1)	(4.639.814)	(4.246.489)
Participação da União, Estados e Municípios (2)	(578.619)	(546.171)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(306.080)	(306.080)
Outros, Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos	(316.955)	(287.957)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(95.552)	(95.552)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(4.071)	(4.071)
Pesquisa e Desenvolvimento	(6.711)	(5.115)
(-) Amortização Acumulada	1.756.541	1.613.335
Total	(4.191.261)	(3.878.100)

Alocação	30/09/2022	31/12/2021
Infraestrutura em construção - Ativo de Contrato	(759.822)	(717.483)
Infraestrutura - Intangível em Serviço	(3.431.439)	(3.160.617)
Total	(4.191.261)	(3.878.100)

- (1) As contribuições dos consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, conforme estabelecido nos regulamentos específicos.
- (2) As contribuições da União, Estados e Municípios representam a participação destes entes em obras para fornecimento de energia. A participação dos municípios é a mais relevante nessa rubrica (59% do saldo) e, de modo geral, são obras relativas à extensão e modificação de redes de distribuição não universalizadas.

A taxa de amortização das obrigações vinculadas é a taxa média da atividade à qual o ativo foi incorporado. A média anual é 4,09%, que representa, por atividade:

Distribuição	Administração
3,91%	15,72%

14. ARRENDAMENTOS

a) Direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	148.401	28.408	176.809
Baixa (contratos encerrados)	(3.428)	-	(3.428)
Adição	1.019	18.324	19.343
Amortização (1)	(5.761)	(26.929)	(32.690)
Remensuração	4.251	(2.091)	2.160
Saldo em 30 de setembro de 2022	144.482	17.712	162.194

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$373 no período de janeiro a setembro de 2022 (R\$335 no mesmo período de 2021).

b) Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	191.012
Adição	19.343
Baixas (contratos encerrados)	(3.659)
Juros incorridos (1)	15.273
Arrendamentos pagos	(41.975)
Juros sobre arrendamentos pagos	(1.989)
Remensuração	2.160
Saldo em 30 de setembro de 2022	180.165
Passivo circulante	21.120
Passivo não circulante	159.045

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$1.035 no período de janeiro a setembro de 2022 (R\$983 no mesmo período de 2021).

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	468.381	180.165
PIS/Pasep e Cofins potencial	42.070	14.161

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2)/ IFRS 16.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimentos de passivos de arrendamento é apresentada a seguir:

Vencimento das prestações	
2022	5.631
2023	22.524
2024	22.324
2025	22.185
2026	22.021
2027 a 2047	373.696
Valores não descontados	468.381
Juros embutidos	(288.216)
Passivo de arrendamentos	180.165

15. FORNECEDORES

	30/09/2022	31/12/2021
Energia de curto prazo - CCEE	138.989	122.384
Encargos de uso da rede elétrica (1)	199.374	181.586
Energia elétrica comprada para revenda (2)	587.078	999.008
Itaipu binacional	280.573	331.118
Materiais e serviços	605.195	385.898
	1.811.209	2.019.994

- (1) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da Aneel;
- (2) A melhora nas condições hidrológicas do sistema nos períodos comparados possibilitou que o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico - encerrasse os despachos fora da ordem de mérito, o que reduziu os encargos pagos para cobrir esses despachos e os efeitos de disponibilidade das usinas.

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	30/09/2022	31/12/2021
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS	45.867	80.087
Cofins	61.501	67.996
PIS/Pasep	13.195	14.595
INSS	26.866	23.259
ISSQN	13.688	11.106
Imposto de renda sobre Juros s/ capital próprio declarado	21.067	17.968
Outros	11.524	11.812
	193.708	226.823
Valores a serem restituídos a consumidores		
Circulante		
PIS/Pasep e Cofins	1.873.276	704.025
Não circulante		
PIS/Pasep e Cofins	1.545.228	2.132.289
	3.418.504	2.836.314

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores referentes aos créditos a serem aproveitados pela Cemig D em razão da exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições representam o valor de R\$3.418.504 em 30 de setembro de 2022, conforme detalhado na nota explicativa nº 7a, já tendo sido restituído o montante de R\$3.224.893 até setembro de 2022 (R\$1.583.314 até dezembro de 2021).

Em complemento ao passivo relativo à parcela dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, a Companhia registrou, em junho de 2022, o montante atualizado de R\$624.251 decorrentes da homologação do Reajuste Tarifário Anual de 2022, que considerou os efeitos do Projeto de Lei nº 1.280/22, convertido na Lei nº 14.385/22, em 27 de junho de 2022. O saldo registrado está líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita financeira auferida sobre suas atualizações.

A referida Lei determina a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. Como consequência, foi registrado também o montante atualizado de R\$1.479.010 referente à obrigação de devolução integral do referido crédito tributário aos consumidores, referente ao montante excedente àquele incluído no Reajuste Tarifário Anual de 2022, referente ao período a partir do 11º ano, contados retroativamente à data do trânsito em julgado da ação. A Administração da Companhia avalia junto aos seus assessores legais eventuais ações futuras relacionadas à questão.

A Companhia está restituindo os valores aos consumidores, conforme abaixo:

- Em 18 de agosto de 2020, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2020 de um componente financeiro negativo de R\$714.339, que vigorou de 19 de agosto de 2020 até 27 de maio de 2021, correspondente a parte dos recursos levantados judicialmente em função do trânsito em julgado da Ação.

- Em 25 de maio de 2021, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2021, que vigorou de 28 de maio de 2021 até 27 de maio de 2022, do componente financeiro negativo de R\$1.573.000, correspondente ao montante total dos créditos compensados e levantados judicialmente.
- Em 22 de junho de 2022, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2022, que vigora desde 22 de junho de 2022 até 27 de maio de 2023, do componente financeiro negativo de R\$2.810.830, correspondente à devolução de créditos de PIS/Pasep e Cofins. Mais detalhes sobre os créditos estão disponíveis na nota explicativa nº 7b. Para mais informações sobre o reajuste tarifário da Companhia, ver nota explicativa nº 11b.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	30/09/2022						31/12/2021
	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
Eletrobrás	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	2.933	255	3.188	5.647
Total de empréstimos e financiamentos				2.933	255	3.188	5.647
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (1)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	315.364	576.304	891.668	1.147.465
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª série (1)	2024	CDI + 0,454%	R\$	545.481	405.000	950.481	1.355.933
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª série (1)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	22.166	1.842.434	1.864.600	1.759.628
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª série (1)	2027	CDI+1,35%	R\$	18.623	500.000	518.623	-
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª série (1)	2029	IPCA+6,10%	R\$	7.834	500.862	508.696	-
(-) Deságio na emissão de debêntures (2)				-	(12.896)	(12.896)	(15.002)
(-) Custos de transação				(757)	(16.079)	(16.836)	(6.510)
Total de debêntures				908.711	3.795.625	4.704.336	4.241.514
Total geral				911.644	3.795.880	4.707.524	4.247.161

- (1) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;
- (2) Deságio na 7ª e 8ª emissão de debêntures totalmente alocado na 2ª série.

Captações de recursos

Em 29 de junho de 2022, a Companhia concluiu a liquidação da sua 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, com garantia fidejussória, em 2 séries, no valor total de R\$1.000.000, as quais foram objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos, nos termos da regulamentação da CVM.

Foram subscritas, no âmbito da Oferta Restrita: (i) 1ª série: 500 mil Debêntures, perfazendo o valor de R\$500.000, à taxa de remuneração de CDI + 1,35%, com vencimento em 5 anos, cujos recursos serão destinados à recomposição de caixa da Companhia; e (ii) 2ª série: 500 mil Debêntures, perfazendo o valor de R\$500.000, à taxa de remuneração de IPCA + 6,10%, com vencimento em 7 anos, cujos recursos serão alocados no reembolso de gastos relacionados a projeto de distribuição de energia elétrica, conforme detalhado nos documentos da emissão das Debêntures.

Financiadores	Data de Entrada	Vencimento Principal	Encargos Financeiros	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª série	Junho de 2022	2027	CDI + 1,35%	500.000
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª série	Junho de 2022	2029	6,10% do IPCA	500.000
(-) Custos de transação				(12.050)
(-) Deságio (1)				(375)
Total de captações				987.575

(1) Deságio na emissão das debêntures referente a 2ª série das debêntures.

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Indexadores							
IPCA (1)	57.209	288.155	288.152	1.209.369	921.217	500.862	3.264.964
UFIR/RGR (2)	809	2.379	-	-	-	-	3.188
CDI (3)	159.104	540.000	270.000	-	-	500.000	1.469.104
Total por Indexadores	217.122	830.534	558.152	1.209.369	921.217	1.000.862	4.737.256
(-) Custos de transação	(172)	(750)	(419)	(1.973)	(1.884)	(11.638)	(16.836)
(-) Deságio	-	-	-	(6.267)	(6.267)	(362)	(12.896)
Total geral	216.950	829.784	557.733	1.201.129	913.066	988.862	4.707.524

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

O dólar norte americano e os indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos períodos apresentados:

Moeda	Variação acumulada no período de janeiro a setembro de 2022 (%)	Variação acumulada no período de janeiro a setembro de 2021 (%)	Indexador	Variação acumulada no período de janeiro a setembro de 2022 (%)	Variação acumulada no 1º semestre de 2021 (%)
Dólar Norte-Americano	(3,12)	4,67	IPCA	4,09	6,90
			CDI	8,85	2,50

Moeda	Variação acumulada no período de julho a setembro de 2022 (%)	Variação acumulada no período de julho a setembro de 2021 (%)	Indexador	Variação acumulada no período de julho a setembro de 2022 (%)	Variação acumulada no período de julho a setembro de 2021 (%)
Dólar Norte-Americano	3,22	8,74	IPCA	(1,32)	3,02
			CDI	3,26	1,21

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.247.161
Empréstimos obtidos	1.000.000
Custos de transação	(12.091)
Deságio na emissão de debêntures	(375)
Captações líquidas	987.534
Variação monetária	129.531
Encargos financeiros provisionados	221.080
Amortização do custo de transação	1.764
Encargos financeiros pagos	(195.346)
Amortização de principal	(684.200)
Saldo em 30 de setembro de 2022	4.707.524

Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados aos empréstimos, financiamentos e debêntures.

A Companhia incorporou aos custos de construção da infraestrutura da concessão os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	221.080	147.606
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - ativos de contrato e intangível (1) (Notas 12)	(30.259)	(4.254)
Efeito líquido no resultado	190.821	143.352

(1) A taxa média de capitalização foi de 11,48% a.a. em 30 de setembro de 2022 (8,74 % a.a. em 30 de setembro de 2021).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Garantias

Em 30 de setembro de 2022, o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos é garantido da seguinte forma:

Aval e recebíveis	2.797.616
Aval e fianças	891.401
Recebíveis	1.015.319
Ações	3.057
Sem garantia	131
TOTAL	4.707.524

Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia possui contrato com cláusulas restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de Debêntures	Dívida líquida / Ebitda ajustado (1)	Manter índice igual ou inferior a 3,5	Manter índice igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual

- (1) O Ebitda ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Ebitda em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

A Administração monitora esse índice de forma sistemática e constante, de forma que a condição seja atendida.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/09/2022	31/12/2021
Passivo		
Programa de eficiência energética - PEE	252.478	237.426
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	104.912	89.947
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.968	3.677
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	6.219	7.638
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (2)	46.557	46.557
CDE sobre P&D (1)	1.866	2.291
CDE sobre PEE (1)	3.731	4.583
Reserva global de reversão - RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	26.325	26.325
Taxa de fiscalização da Aneel	2.101	1.809
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias (3)	16	251.837
	471.718	696.635
Passivo circulante	414.200	499.178
Passivo não circulante	57.518	197.457

- (1) Refere-se ao valor transferido da conta de P&D, que será pago a título de CDE sobre P&D, em conformidade ao Despacho Aneel nº 904, de 30 de março de 2021;
- (2) Iniciou-se em maio de 2021 a cobrança da conta CDE - Conta Covid, conforme homologado no Despacho nº 939, de 5 de abril de 2021, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020;
- (3) Variação decorrente da mudança no acionamento de bandeiras, tendo sido acionada a bandeira escassez hídrica em dezembro de 2021 e mantida a bandeira verde em setembro de 2022.

19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	1.623.608	2.503.024	46.763	4.173.395
Despesa reconhecida no resultado	129.770	204.648	3.858	338.276
Contribuições pagas	(146.987)	(103.321)	(1.954)	(252.262)
Passivo líquido em 30 de setembro de 2022	1.606.391	2.604.351	48.667	4.259.409
			30/09/2022	31/12/2021
Passivo circulante			264.770	244.559
Passivo não circulante			3.994.639	3.928.836

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$313.754 (R\$219.207 no período de janeiro a setembro de 2021), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$24.522 (R\$36.422 no período de janeiro a setembro de 2021).

Seguro de vida

A Companhia disponibilizava, até o término da vigência do acordo coletivo findo em outubro de 2021, a cobertura de 50% da apólice de seguro de vida, com determinadas características específicas, para os aposentados.

Entretanto, em função das alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, o referido benefício pós-emprego foi extinto e, desta forma, a Companhia realizou, no quarto trimestre de 2021, a baixa do saldo da obrigação, remensurado pelas premissas atuariais revisadas, em contrapartida ao resultado e Patrimônio Líquido, nos montantes de R\$309.013 e R\$58.860.

Em fevereiro de 2022, a Associação dos Eletricitários Aposentados e Pensionistas da Cemig e Subsidiárias ("AEA/MG") pleiteou tutela de urgência para que a Companhia cumprisse e mantivesse integralmente os termos relativos ao custeio do prêmio do seguro de vida que vinha sendo praticado. Entretanto, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região indeferiu tal pedido de urgência, fundamentado no entendimento de que se trata de discussão envolvendo validade de norma coletiva. Em vista disso, a Companhia e seus assessores jurídicos avaliaram a probabilidade de perda dessa ação judicial como remota.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possui registrada obrigação a pagar, referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão, no montante de R\$209.493 (R\$278.580 em 31 de dezembro de 2021). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Equacionamento do déficit do plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 30 de setembro de 2022, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência dos déficits é de R\$399.313 (R\$390.458 em 31 de dezembro de 2021, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017). As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$265.696, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$133.617. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Depósitos em consignação à Forluz

Equacionamento do déficit 2019

Em dezembro de 2020, em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R\$116.228, através de 166 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realizou os pagamentos em consignação no montante de R\$10.245 (R\$4.914 em 31 de dezembro de 2021), que ficaram à disposição da Forluz para serem resgatados em conta em banco oficial. Devido à recusa do recebimento deste montante pela Forluz, a Companhia propôs, em 26 de maio de 2021, Ação de Consignação de Pagamento.

A Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R\$160.425, referente ao exercício de 2019.

Em maio de 2022, a 1ª instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais proferiu decisão favorável à Forluz, julgando improcedentes os pedidos da Companhia. Entretanto, para essa discussão cabe continuidade em instâncias superiores. Por isso, a Companhia, amparada na avaliação de seus especialistas, optou pela manutenção da contingência de perda como possível.

Equacionamento do déficit 2020

Em 31 de março de 2022, considerando a divergência mencionada no item anterior, foi iniciada consignação em pagamento do déficit de 2020 do Plano A, com o depósito da primeira parcela limitada a 50% dos valores previstos no Plano proposto pela Forluz, com respeito à norma constitucional da paridade contributiva, sendo este recursado pela entidade de Previdência, exercendo possibilidade processual cabível, em 18 de abril de 2022. O montante depositado pela Companhia foi de R\$5.244 em 30 de setembro de 2022, que ficará mantido em banco oficial à disposição da Forluz em conta consignada.

O montante total a ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R\$182.316, através de 158 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

20. PROVISÕES

	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2022
Provisões para contingências					
Trabalhistas	293.731	46.909	(17.346)	(46.909)	276.385
Cíveis					
Relações de consumo	31.015	29.833	-	(24.085)	36.763
Outras ações cíveis	36.127	10.043	(462)	(9.346)	36.362
	67.142	39.876	(462)	(33.431)	73.125
Tributárias	797.442	148.872	(42.433)	(272)	903.609
Regulatórias	32.545	2.756	(1.826)	(361)	33.114
Outras	12.730	11.556	(7.664)	(11.545)	5.077
Total	1.203.590	249.969	(69.731)	(92.518)	1.291.310

Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por terceirizados. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais, à complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz. O montante provisionado é de R\$276.385 (R\$293.731 em 31 de dezembro de 2021).

Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios. O montante provisionado é de R\$36.763 (R\$31.015 em 31 de dezembro de 2021).

Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios. O montante provisionado é de R\$36.362 (R\$36.127 em 31 de dezembro de 2021).

Tributárias

Contribuições Previdenciárias - Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativos às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Consequentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa. O montante provisionado é de R\$798.258 (R\$789.576 em 31 de dezembro de 2021).

Em agosto de 2022, a Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) do CARF, em alteração a sua jurisprudência, cancelou autuações previdenciárias sobre os valores pagos de PLR. A CSRF reconheceu que não haveria desnaturação para o pagamento destes valores, desde que eles fossem pagos aos empregados após a assinatura do respectivo acordo, independentemente de a assinatura ter se dado após o início do período de aferição das metas. Fundamentada na citada decisão, a Companhia alterou o prognóstico das provisões referentes às contingências de PLR que ainda tramitam no âmbito administrativo de provável para possível, o que

representou, portanto, uma baixa de R\$42.433 no terceiro trimestre de 2022. A Companhia continua acompanhando as ações que tramitam no âmbito do judiciário, para as quais manteve o prognóstico provável, e com isso, o respectivo provisionamento.

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia e para evitar o risco de multa futura, a Companhia ajuizou ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R\$87.268, o qual é considerado suficiente para pagamento da ação judicial. Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios, foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ. Adicionalmente, em outubro de 2022, foi publicada decisão não reconhecendo o Agravo em Recurso Especial interposto pela Companhia, reduzindo as chances de êxito na ação. Em decorrência disso, a classificação de perda desta demanda foi alterada para provável, com provisão do valor em depósito judicial, tratada como evento subsequente modificativo para o terceiro trimestre de 2022. A ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização dos anuênios, diante sua atual fase processual, foi mantida com a probabilidade de perda possível. O montante provisionado é de R\$95.861 (R\$92.834 em 31 de dezembro de 2021).

Demais ações tributárias

A Companhia é parte em outros processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O valor provisionado é de R\$9.490 (R\$7.866 em 31 de dezembro de 2021).

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais em que são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor provisionado é de R\$33.114 (R\$32.545 em 31 de dezembro de 2021).

Outros processos no curso normal dos negócios

Projeto Luz para Todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante provisionado é de R\$892 (R\$810 em 31 de dezembro de 2021).

Outras Ações

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de áreas de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, com montante provisionado de R\$4.185 (R\$11.920 em 31 de dezembro de 2021).

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível

A Companhia é parte de ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada possível, uma vez que seus assessores legais avaliaram que há chances possíveis de obter êxito, não sendo realizada a constituição de provisão:

Perda Possível	30/09/2022	31/12/2021
Trabalhistas	951.852	934.182
Cíveis		
Relações de consumo	189.181	117.896
Outras ações cíveis	439.504	340.230
	628.686	458.127
Tributárias	1.160.680	1.146.816
Regulatórias	1.115.148	736.024
Outras	963.630	855.718
Total	4.819.996	4.130.866

Os passivos contingentes mais relevantes são destacados abaixo:

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$109.385 (R\$101.475 em 31 de dezembro de 2021). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa à questão.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais - DARF's e/ou Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R\$64.191 (R\$88.563 em 31 de dezembro de 2021) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$343.170 (R\$309.008 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, requerendo o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas realizadas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio ("JCP") no 4º trimestre de 2020, porém, calculados com base em períodos anteriores aos efetivos pagamentos, notadamente no 1º e 2º trimestres de 2020, bem como, afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante que deixou de ser recolhido, em decorrência da dedução da referida despesa financeira, com aplicação de multas. O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$64.885 (R\$60.079 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Estorno de créditos na apuração de PIS/Pasep e Cofins

A Receita Federal do Brasil lavrou, em agosto de 2021, dois autos de infração referentes à apuração de PIS/Pasep e Cofins para os fatos geradores ocorridos entre agosto de 2016 e dezembro de 2017, alegando a insuficiência de pagamento dessas contribuições em razão do crédito supostamente indevido dos dispêndios com o encargo do PROINFA e a ausência de estorno dos créditos relativos às perdas não técnicas. A Companhia está contestando a autuação. O montante da contingência é de R\$174.907 (R\$161.780 em 31 de dezembro de 2021) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia em razão da escassa jurisprudência judicial sobre o tema.

Contribuição para iluminação pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da Aneel nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$44.579 (R\$43.312 em 31 de dezembro de 2021).

Ineficiência na prestação de serviços

Ação civil pública ajuizada pelo MPMG contra a Companhia em razão da suposta ineficiência da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica para os consumidores do município de Rio Vermelho. Considerando que a contestação da Companhia foi apresentada, aguarda-se o início da instrução probatória. O valor da contingência é de R\$293.375 em 30 de setembro de 2022. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em razão da documentação recebida, bem como a natureza da ação.

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido, em primeira instância, foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$455.256 (R\$413.375 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$218.884 (R\$198.144 em 31 de dezembro de 2021) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a probabilidade de perda como possível.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$5.371.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

b) Lucro por ação

O resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Número médio ponderado de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro (prejuízo) líquido do período	(17.423)	1.139.767
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	(0,01)	0,48

	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Número médio ponderado de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro líquido do período	506.928	399.974
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,21	0,17

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído por ação ordinária é igual ao resultado básico.

c) Remuneração dos acionistas

A Diretoria Executiva da Companhia deliberou pela declaração de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, conforme a seguir: (i) em 22 de março de 2022, nos montantes de R\$130.457, (ii) em 07 de junho de 2022, no montante de R\$152.262, e (iii) em 20 de setembro de 2022 no montante de R\$140.449. O valor do imposto de renda retido na fonte, por obrigação da legislação tributária, não é considerado quando se imputam os JCPs ao dividendo obrigatório e é calculado à alíquota de 15%, nos termos da legislação em vigor.

22. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos (a)	15.968.691	15.741.809
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização *	1.641.578	876.000
Receita de uso da rede - consumidores livres (b)	2.780.530	2.562.783
Ativos e passivos financeiros setoriais	(1.367.694)	1.908.899
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	2.162.794	1.205.933
Créditos de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores	(829.783)	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	28.401	37.959
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(64.867)	(52.358)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes	331.312	226.649
Outras receitas operacionais (c)	2.025.399	1.264.461
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (d)	(7.830.568)	(8.018.120)
	14.845.793	15.754.015

	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos (a)	4.499.920	5.619.044
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização *	706.087	445.089
Receita de uso da rede - consumidores livres (b)	991.869	893.562
Ativos e passivos financeiros setoriais	(395.654)	1.116.248
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	1.050.012	486.414
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(10.361)	17.934
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(13.668)	(7.454)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes	125.463	226.649
Outras receitas operacionais (c)	850.935	414.008
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (d)	(2.063.713)	(2.920.492)
	5.740.890	6.291.002

(*) Maiores informações na nota explicativa nº 7a.

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	MWh		R\$	
	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Residencial	8.316.115	8.399.020	7.919.513	8.137.616
Industrial	1.163.106	1.280.661	964.020	974.400
Comércio, serviços e outros	3.383.328	3.077.440	3.890.347	3.290.733
Rural	2.306.436	3.062.952	1.566.309	1.920.763
Poder público	629.253	526.237	500.317	405.600
Iluminação pública	857.722	928.034	423.886	535.882
Serviço público	1.051.354	1.061.925	659.502	630.718
Subtotal	17.707.314	18.336.269	15.923.894	15.895.712
Consumo próprio	23.472	24.667	-	-
Suprimento a outras Concessionárias	-	-	43.230	913
Fornecimento não faturado líquido	-	-	1.567	(154.816)
Total	17.730.786	18.360.936	15.968.691	15.741.809

	MWh		R\$	
	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Residencial	2.706.219	2.757.428	2.079.674	2.857.043
Industrial	395.043	424.825	284.861	349.472
Comércio, serviços e outros	1.061.850	974.873	1.068.683	1.141.112
Rural	924.189	1.163.562	538.961	762.327
Poder público	201.625	167.875	144.977	140.233
Iluminação pública	287.126	257.999	120.307	174.829
Serviço público	359.448	362.058	192.393	238.744
Subtotal	5.935.500	6.108.620	4.429.856	5.663.760
Consumo próprio	6.761	7.835	-	-
Suprimento a outras Concessionárias	-	-	15.176	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	54.888	(44.716)
Total	5.942.261	6.116.455	4.499.920	5.619.044

b) Receita de uso da rede - consumidores livres

	MWh	
	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Industrial	15.442.796	15.280.809
Comercial	1.278.924	1.104.780
Rural	30.075	31.831
Serviço Público	262	2.631
Poder Público	1.896	-
Concessionárias	226.436	242.979
Total de energia transportada	16.980.389	16.663.030

	MWh	
	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Industrial	5.271.247	5.179.727
Comercial	422.502	381.813
Rural	8.961	11.484
Serviço Público	-	1.080
Poder Público	620	-
Concessionárias	89.145	118.642
Total de energia transportada	5.792.475	5.692.746

c) Outras receitas (reversão) operacionais

	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Serviço taxado	14.355	12.456
Outras prestações de serviços	18.799	13.913
Subvenções Baixa Renda	228.388	199.097
Outras subvenções (1)	1.408.886	812.780
Aluguel e arrendamento (2)	404.862	142.320
Transações na CCEE	(51.684)	68.148
Outras	1.793	15.747
	2.025.399	1.264.461

	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Serviço taxado	5.257	4.524
Outras prestações de serviços	5.208	4.533
Subvenções Baixa Renda	77.844	67.168
Outras subvenções (1)	677.737	272.299
Aluguel e arrendamento (2)	83.785	44.767
Transações na CCEE	-	19.342
Outras	1.104	1.375
	850.935	414.008

- (1) Compreende a receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$710.659 de janeiro a setembro de 2022 (R\$740.367 de janeiro a setembro de 2021) e R\$225.535 no 3º trimestre de 2022 (R\$245.942 no 3º trimestre de 2021), que inclui subsídios de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público; a receita de bandeiras tarifárias, no montante de R\$271.279 de janeiro a setembro de 2022 (R\$72.413 de janeiro a setembro de 2021) e R\$19.790 no 3º trimestre de 2022 (R\$26.357 no 3º trimestre de 2021), reconhecida em decorrência da posição credora adquirida pela Companhia na CCRBT; a reversão de R\$5.464 de janeiro a setembro de 2022 e R\$32 no 3º trimestre de 2022 da receita reconhecida em dezembro de 2021 em decorrência dos subsídios relacionados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica e R\$432.412 no 3º trimestre de 2022 referente aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15/2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.
- (2) Compreende o montante R\$186.871 relativo ao Termo de acordo de reconhecimento de dívida (TARD) firmado com grande cliente em junho de 2022, referente à utilização de infraestrutura (postes) durante o período de janeiro de 2019 a maio de 2022. Este valor e sua respectiva correção monetária no montante de R\$10.344 serão recebidos em 4 parcelas mensais e sucessivas, tendo começado em julho de 2022.

d) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Tributos sobre a receita		
ICMS (1)	3.523.590	4.260.939
PIS/Pasep	284.016	292.955
Cofins	1.308.194	1.349.370
ISSQN	903	681
	5.116.703	5.903.945
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	50.035	51.821
Conta de desenvolvimento energético - CDE	2.816.564	1.809.273
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	18.434	18.320
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	26.335	30.363
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	13.167	15.182
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	(251.821)	137.307
CDE sobre P&D	7.900	12.044
CDE sobre PEE	15.801	24.087
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	17.450	15.778
	2.713.865	2.114.175
	7.830.568	8.018.120

	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Tributos sobre a receita		
ICMS	524.121	1.484.051
PIS/Pasep	264.174	113.549
Cofins	296.353	523.013
ISSQN	271	223
	1.084.919	2.120.836
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	17.612	21.854
Conta de desenvolvimento energético - CDE	926.143	606.427
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	6.489	8.052
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	9.270	11.502
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	4.635	5.751
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	-	130.290
CDE sobre P&D	2.781	3.451
CDE sobre PEE	5.562	6.901
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	6.302	5.428
	978.794	799.656
	2.063.713	2.920.492

- (1) Em 23 de junho de 2022 foi promulgada a Lei Complementar nº 194, com vigência imediata, que promoveu alterações no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Custos com energia elétrica

	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de Itaipu binacional	1.229.374	1.447.247
Contratos por cotas de garantia física	713.387	649.025
Cotas das usinas de Angra I e II	267.894	183.433
Energia de curto prazo - CCEE	356.933	942.927
Contratos bilaterais	364.800	306.411
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	2.395.560	4.277.792
PROINFA	454.241	286.501
Geração distribuída	1.416.394	867.393
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(502.391)	(707.683)
	6.696.192	8.253.046
Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema		
Transporte de Potência de Itaipu	114.013	119.196
Encargos Transmissão - Rede Básica	1.421.640	1.439.924
Encargos de Conexão	79.111	66.693
Encargos Distribuição	5.383	3.530
Energia CCEE-ESS	368.828	665.430
Energia CCEE-EER	309.004	81.476
Créditos PIS-PASEP/COFINS	(212.563)	(219.803)
	2.085.416	2.156.446
	8.781.608	10.409.492

	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de Itaipu binacional	425.463	479.619
Contratos por cotas de garantia física	254.182	226.715
Cotas das usinas de Angra I e II	89.298	61.144
Energia de curto prazo - CCEE	184.796	645.344
Contratos bilaterais	128.054	111.317
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	925.614	2.100.340
PROINFA	151.414	95.501
Geração distribuída	490.163	338.612
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(188.486)	(329.087)
	2.460.498	3.729.505
Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema		
Transporte de Potência de Itaipu	43.290	28.785
Encargos Transmissão - Rede Básica	512.763	440.998
Encargos de Conexão	30.543	25.214
Encargos Distribuição	1.962	1.577
Energia CCEE-ESS	3.692	240.462
Energia CCEE-EER	87.665	2.049
Créditos PIS-PASEP/COFINS	(62.892)	(68.365)
	617.023	670.720
	3.077.521	4.400.225

b) Custo de construção da infraestrutura de distribuição

	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Pessoal	77.567	59.784
Materiais	1.340.546	672.230
Serviços de terceiros	694.914	444.424
Encargos financeiros	30.259	4.254
Arrendamentos e aluguéis	4.069	2.621
Impostos e taxas	39	2.796
Outros	15.400	19.824
	2.162.794	1.205.933

	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Pessoal	27.013	29.142
Materiais	694.525	294.341
Serviços de terceiros	306.171	160.828
Encargos financeiros	14.009	(7.684)
Arrendamentos e aluguéis	1.738	1.316
Impostos e taxas	(684)	549
Outros	7.240	7.922
	1.050.012	486.414

c) Outras custos e despesas operacionais

	Custos de operação		PECLD		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas) operacionais		Total	
	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Pessoal	462.538	469.943	-	-	202.739	154.416	-	-	665.277	624.359
Participação de empregados e administradores no resultado	82	6.088	-	-	2.326	1.765	59.509	66.314	61.917	74.167
Obrigações pós-emprego	-	-	-	-	-	-	313.755	219.207	313.755	219.207
Materiais	33.163	33.228	-	-	35.804	15.577	-	-	68.967	48.805
Serviços de terceiros	764.105	798.253	-	-	226.384	87.772	-	-	990.489	886.025
Amortização (Nota 13b)	439.263	405.416	-	-	70.923	66.246	-	-	510.186	471.662
Amortização direito de uso - arrendamento (nota 14)	32.317	29.257	-	-	-	-	-	-	32.317	29.257
Provisões (reversões) para contingências	180.238	24.501	-	-	-	-	-	-	180.238	24.501
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (reversão) (1)	-	-	48.003	66.065	-	-	18.358	(11.000)	66.361	55.065
Outras despesas operacionais líquidas	20.510	37.125	-	-	14.811	(7.866)	88.401	118.655	123.722	147.914
	1.932.216	1.803.811	48.003	66.065	552.987	317.910	480.023	393.176	3.013.229	2.580.962

	Custos de operação		PECLD		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas) operacionais		Total	
	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Pessoal	151.423	118.677	-	-	56.890	51.008	-	-	208.313	169.685
Participação de empregados e administradores no resultado	3	1.060	-	-	-	54	10.579	37.010	10.582	38.124
Obrigações pós-emprego	-	-	-	-	-	-	110.170	73.527	110.170	73.527
Materiais	14.816	9.299	-	-	12.830	7.235	-	-	27.646	16.534
Serviços de terceiros	266.235	250.240	-	-	72.185	41.438	-	-	338.420	291.678
Amortização	154.148	136.735	-	-	24.308	23.198	-	-	178.456	159.933
Amortização direito de uso - arrendamento	9.791	10.857	-	-	-	-	-	-	9.791	10.857
Provisões (reversões) para contingências	84.698	8.077	-	-	-	-	-	-	84.698	8.077
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (reversão) (1)	-	-	(85.706)	29.676	-	-	3.446	-	(82.260)	29.676
Outras despesas operacionais líquidas	4.366	11.034	-	-	9.460	113	42.983	43.254	56.809	54.401
	685.480	545.979	(85.706)	29.676	175.673	123.046	167.178	153.791	942.625	852.492

(1) O valor alocado na coluna de Outras despesas (receitas) operacionais refere-se, principalmente, a perda estimada com multa por rescisão contratual de fornecedor.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	77.687	58.254
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras (1)	(5.123)	(24.789)
Acréscimos moratórios de contas de energia	264.198	345.630
Variações cambiais de Itaipu	17.666	-
Variações monetárias	19.595	24.900
Variação monetária depósitos judiciais	32.679	10.008
Variação monetária - CVA (Nota 11)	149.426	28.252
Outras	36.624	29.792
	592.752	472.047
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	(190.821)	(143.352)
Amortização do custo de transação (Nota 17)	(1.764)	(1.346)
Encargos de variação monetária - Forluz	(24.521)	(36.422)
Variações cambiais de Itaipu	-	(10.461)
Variação monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	(129.531)	(189.834)
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (2)	(1.284.247)	(19.645)
Variação monetária de P&D e PEE	(26.827)	(4.923)
Variação monetária de arrendamentos (Nota 14)	(14.238)	(14.266)
Outras variações monetárias	(20.191)	(14.871)
Outras	(27.304)	(23.863)
	(1.719.444)	(458.983)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(1.126.692)	13.064

	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	51.858	25.385
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras (1)	(9.807)	(10.070)
Acréscimos moratórios de contas de energia	70.822	110.971
Variações monetárias	4.510	22.900
Variação monetária depósitos judiciais	12.720	5.129
Variação monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	10.247	-
Variação monetária - CVA (Nota 11)	38.210	21.325
Outras	17.146	10.847
	195.706	186.487
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	(77.809)	(63.250)
Amortização do custo de transação (Nota 17)	(890)	(442)
Encargos de variação monetária - Forluz	(2.588)	(11.682)
Variações cambiais de Itaipu	(14.547)	(17.752)
Variação monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	-	(68.665)
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (2)	(61.608)	(6.309)
Variação monetária de P&D e PEE	(10.619)	(2.287)
Variação monetária de arrendamentos (Nota 14)	(4.727)	(4.714)
Outras variações monetárias	(8.376)	(4.439)
Outras	(3.077)	(4.341)
	(184.241)	(183.881)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	11.465	2.606

(1) As despesas com PIS/Pasep e Cofins são incidentes sobre as receitas financeiras e juros sobre o capital próprio.

(2) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base cálculo e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido. Com a compensação dos créditos, o passivo a restituir aos consumidores passou a superar o valor dos créditos a compensar, gerando uma despesa financeira líquida.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPEZA	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Operações com energia elétrica (3)								
Companhia Energética de Minas Gerais	70	72	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão	1.516	3.431	28.284	24.067	25.566	21.218	(220.252)	(191.743)
Aliança Geração	-	-	11.175	9.857	40.020	35.024	(90.651)	(77.878)
Madeira Energia	-	-	27.968	24.105	-	-	(171.275)	(157.186)
Norte Energia	-	-	31.167	26.809	-	-	(189.646)	(174.159)
Baguari Energia	-	-	1.142	983	-	-	(6.436)	(6.556)
TAESA	-	-	8.397	8.483	-	-	(90.525)	(78.425)
Retiro Baixo	524	570	723	622	4.483	4.637	(4.399)	(4.479)
Encargos de conexão								
Cemig Geração e Transmissão (5)	-	-	10.874	8.650	-	-	(63.893)	(58.803)
Consumidores e revendedores								
Governo do Estado de Minas Gerais (1)	70.939	167.366	-	-	121.767	78.949	-	-
Convênio de compartilhamento (2)								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	19.695	11.370	-	-	(30.810)	(26.497)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	2.565	2.362	-	-	(431)	(2.464)
Prestação de serviço								
Axxiom (6)	-	-	-	62	-	-	-	-
Mútuo								
Companhia Energética de Minas Gerais (4)	-	-	-	-	-	-	3.024	-
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	1.106.176	916.961	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	66.186	15.950	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	910.270	336.078	-	-	26.668	11.025	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	3.232	69.125	-	-	-	-	-	-
Forluz								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (7)	-	-	140.942	130.870	-	-	(129.770)	(92.436)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (8)	-	-	-	-	-	-	(38.110)	(37.207)
Custeio administrativo (9)	-	-	-	-	-	-	(19.529)	(17.223)
Arrendamento (10)	127.496	127.031	17.736	17.186	-	-	(17.080)	(16.130)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (7)	-	-	1.465.449	1.492.738	-	-	-	-
Arrendamento (10)	-	-	125.700	122.532	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (11)	-	-	144.620	127.015	-	-	(208.506)	(139.458)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (11)	-	-	2.508.398	2.422.772	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida - TARD junto à Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que se encontravam em aberto no montante de R\$113.032, a serem liquidados até novembro de 2019. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação indireta, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. A Cemig D obteve autorização, em 31 de março de 2021, junto à Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais para compensar parte do ICMS a recolher com a dívida que o Governo do Estado de Minas Gerais possui com a Companhia nos termos da Lei Estadual 23.705/2020. O valor mensal a compensar é de R\$10,5 milhões, em 21 parcelas iguais. Até 30 de setembro de 2022, dezoito parcelas foram compensadas;
- Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado, organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, as operações são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação

- direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- (4) Refere-se à contrato de mútuo firmado, em 2 de março de 2022, entre a Companhia e a sua controladora no montante de R\$100 milhões, foi liquidado em 31 de maio de 2022, acrescido de juros no montante de R\$3.024 mil, correspondente a 110% do CDI, tendo como garantia uma Nota Promissória emitida pela Companhia em benefício de sua controladora O mútuo teve anuência da Aneel;
 - (5) Refere-se a contrato de conexão das instalações de distribuição ao sistema de transmissão (CCT);
 - (6) Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da Aneel 2.657/2017;
 - (7) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 19);
 - (8) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
 - (9) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
 - (10) Aluguel da sede administrativa da Companhia com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 20 de setembro de 2021, o contrato de aluguel foi reajustado em 9,68%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses. Em 27 de abril de 2021, foi firmado um aditivo do contrato junto à Forluz, em função da transferência das instalações das investidas Cemig SIM e Gasmig para o Edifício Júlio Soares com a consequente redução do custo com aluguel para a Cemig Distribuição;
 - (11) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 19).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, de 32,19% em 30 de setembro de 2022 (18,95% em 31 de dezembro de 2021).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Remuneração	7.706	6.862
Participação nos resultados	1.899	1.190
Previdência privada	833	698
Planos de saúde e odontológico	89	66
Seguro de vida	26	-
Total (1)	10.553	8.816

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, são como segue:

	Nível	30/09/2022		31/12/2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras	2	93.578	93.578	218.822	218.822
Consumidores, revendedores e concessionários - transporte de energia (Nota 6)	2	3.162.990	3.162.990	3.335.034	3.335.034
Fundos vinculados	2	574	574	2.144	2.144
Ativos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	958.459	958.459	2.147.548	2.147.548
Reembolso de subsídios tarifários	2	90.932	90.932	287.420	287.420
Subvenção baixa renda	2	52.541	52.541	46.540	46.540
Depósitos vinculados a litígios	2	645.720	645.720	619.772	619.772
		5.004.794	5.004.794	6.657.280	6.657.280
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	2	545.452	545.452	93.764	93.764
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	344.759	344.759	19.689	19.689
Letras financeiras do Tesouro (LFTs)	1	62.762	62.762	34.937	34.937
Letras financeiras - bancos	2	410.152	410.152	137.920	137.920
Debêntures	2	3.395	3.395	-	-
		821.068	821.068	192.546	192.546
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	1.059.552	1.059.552	683.729	683.729
		2.426.072	2.426.072	970.039	970.039
		7.430.866	7.430.866	7.627.319	7.627.319
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(4.707.524)	(4.707.524)	(4.247.161)	(4.247.161)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	2	(209.493)	(209.493)	(278.580)	(278.580)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	2	(399.313)	(399.313)	(390.458)	(390.458)
Passivos financeiros setoriais - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	(271.196)	(271.196)	(51.359)	(51.359)
Fornecedores	2	(1.811.209)	(1.811.209)	(2.019.994)	(2.019.994)
Arrendamentos	2	(180.165)	(180.165)	(191.012)	(191.012)
		(7.578.900)	(7.578.900)	(7.178.564)	(7.178.564)

(1) Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

As informações sobre as (i) classificações dos instrumentos financeiros e valor justo; e (ii) metodologia de cálculo do valor justo das posições estão divulgadas na nota explicativa 27 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

b) Gestão de riscos

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio em decorrência do pagamento de energia elétrica comprada de Itaipu indexados à variação do dólar norte americano, com impactos em seu fluxo de caixa. O risco relacionado à compra de energia de Itaipu é mitigado através da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

Exposição às taxas de câmbio	30/09/2022		31/12/2021	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 15)	(51.895)	(280.573)	(59.335)	(331.118)
Passivo líquido exposto		(280.573)		(331.118)

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do Dólar norte americano em relação ao Real em 30 de setembro de 2023 será uma desvalorização de 7,89% (R\$4,98). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um aumento de 25% e 50%, em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	30/09/2022	30 de setembro de 2023		
	Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$4,98	Cenário possível Dólar R\$6,23	Cenário remoto Dólar R\$7,47
Dólar Norte-Americano				
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 15)	(280.573)	(258.435)	(323.303)	(387.652)
Passivo líquido exposto	(280.573)	(258.435)	(323.303)	(387.652)
Efeito líquido da variação cambial		22.138	(42.730)	(107.079)

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de redução das taxas de juros nacionais em 30 de setembro de 2022. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros e pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. O ativo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	30/09/2022	31/12/2021
Ativos		
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 4)	545.452	93.764
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	914.646	411.368
CVA e outros componentes financeiros (Nota 11)	958.459	2.147.548
	2.418.557	2.652.680
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (Nota 17)	(1.469.104)	(1.355.933)
Passivos financeiros setoriais (Nota 11)	(271.196)	(51.359)
	(1.740.300)	(1.407.292)
Ativo líquido exposto	678.257	1.245.388

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2023, a taxa Selic será de 13,00%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma queda na taxa de 25% e 50%, em relação ao cenário provável, conforme tabela abaixo. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Redução nas taxas de juros nacionais	30/09/2022	30 de setembro de 2023		
	Valor contábil	Cenário provável Selic 13,00%	Cenário possível Selic 9,75%	Cenário remoto Selic 6,50%
Ativos				
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 4)	545.452	616.361	598.634	580.906
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	914.646	1.033.550	1.003.824	974.098
CVA e outros componentes financeiros (Nota 11)	958.459	1.083.059	1.051.909	1.020.759
	2.418.557	2.732.970	2.654.367	2.575.763
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (Nota 17)	(1.469.104)	(1.660.088)	(1.612.342)	(1.564.596)
Passivos financeiros setoriais (Nota 11)	(271.196)	(306.451)	(297.638)	(288.824)
	(1.740.300)	(1.966.539)	(1.909.980)	(1.853.420)
Ativo líquido exposto	678.257	766.431	744.387	722.343
Efeito líquido da variação das taxas de juros		88.174	66.130	44.086

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação em 30 de setembro de 2022, sendo parte de seus empréstimos e financiamentos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio dos índices IPCA ou IGP-M, contrabalaneando parte da exposição ao risco da Companhia. O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	30/09/2022	31/12/2021
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 11)	1.059.552	683.729
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures - IPCA (Nota 17)	(3.264.964)	(2.907.093)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(209.493)	(278.580)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(399.313)	(390.458)
	(3.873.770)	(3.576.131)
Passivo líquido exposto	(2.814.218)	(2.892.402)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 5,37% e a taxa de IGPM será de 1,13% em 30 de setembro de 2023, a Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, conforme abaixo:

Risco - Elevação da inflação	30/09/2022	30 de setembro de 2023		
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 5,37% IGPM 1,13%	Cenário possível IPCA 6,71% IGPM 1,41%	Cenário remoto IPCA 8,06% IGPM 1,70%
Ativos				
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 11)	1.059.552	1.116.450	1.130.648	1.144.952
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures - IPCA (Nota 17)	(3.264.964)	(3.440.293)	(3.484.043)	(3.528.120)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(209.493)	(220.743)	(223.550)	(226.378)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(399.313)	(420.756)	(426.107)	(431.498)
	(3.873.770)	(4.081.792)	(4.133.700)	(4.185.996)
Passivo líquido exposto	(2.814.218)	(2.965.342)	(3.003.052)	(3.041.044)
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		(151.124)	(188.834)	(226.826)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Risco de liquidez

As informações sobre como a Companhia administra o risco de liquidez estão divulgadas na nota explicativa nº 27 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	55.761	194.474	900.323	4.045.541	-	5.196.099
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	10.529	21.243	98.392	101.904	-	232.068
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	4.653	9.378	43.523	255.826	320.488	633.868
	70.943	225.095	1.042.238	4.403.271	320.488	6.062.035
Pré-fixadas						
Fornecedores	1.594.103	217.106	-	-	-	1.811.209
	1.665.046	442.201	1.042.238	4.403.271	320.488	7.873.244

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de “*cross default*”.

A Administração monitora os índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral e anual de forma sistemática e constante.

Risco de crédito e outros riscos operacionais

Salvo mudança no critério de estimativa das perdas esperadas, descrito na nota explicativa nº 6, as informações sobre como a Companhia administra: (i) o risco de crédito; (ii) o risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica; (iii) o risco de continuidade da concessão; e (iv) o risco hidrológico estão divulgadas na nota explicativa nº 27 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

c) Administração de capital

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	30/09/2022	31/12/2021
Total do passivo	18.913.010	17.654.962
Caixa e equivalentes de caixa	(571.799)	(198.694)
Títulos e valores mobiliários	(911.413)	(342.243)
Passivo líquido	17.429.798	17.114.025
Total do patrimônio líquido	6.502.075	6.942.666
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	2,68	2,47

27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021, a Companhia realizou as seguintes operações que não envolveram caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

- encargos financeiros capitalizados no montante de R\$30.259 no período findo em 30 de setembro de 2022 (R\$4.254 em 30 de setembro de 2021);
- adições nos arrendamentos no montante de R\$19.343 no período findo em 30 de setembro de 2022 (R\$6.256 em 30 de setembro de 2021).

28. RISCOS RELACIONADOS A COMPLIANCE COM LEIS E REGULAMENTOS

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Ao final de 2020, a Companhia iniciou procedimentos internos para apuração de denúncias recebidas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio de Ofícios encaminhados à Companhia, cujo conteúdo compreende alegadas irregularidades no processo de compras, cuja investigação está sendo acompanhada por uma Comissão de Investigação, com apoio de assessoria especializada.

A investigação interna e independente iniciada no mês de dezembro de 2020 foi concluída no final de 2021, com o recebimento do relatório final, aprovado pela Comissão de Investigação e enviado pela Companhia ao MPMG, que ainda não concluiu sua investigação, não tendo sido identificado nenhum assunto que possa apresentar impacto relevante às informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2022 ou demonstrações financeiras de exercícios anteriores. A Companhia aguarda o desfecho das investigações por parte do MPMG e por outras autoridades nacionais e internacionais com as quais o referido relatório foi compartilhado.

A Companhia avaliará qualquer mudança futura nesse cenário e eventuais impactos, se for o caso, que possam afetar as informações contábeis intermediárias e permanece colaborando com as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde janeiro de 2019. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração, sendo que por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente a gestão de pessoas e processos de compras, que foram integralmente atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o relatório final dos trabalhos da CPI, encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados. Até o momento não houve qualquer definição de medidas que poderão ser adotadas pelo MPMG em virtude dos resultados apontados pela CPI.

Ressalta-se, no que tange aos processos de contratação, que a Companhia realiza auditorias regulares e atualmente existe apuração em curso sobre um deles, sendo que com base nos resultados identificados até o momento, não foram identificados impactos materiais nas informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2022 ou nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicados de outra forma)

A Cemig Distribuição apresentou, no terceiro trimestre de 2022, lucro de R\$506.928, em comparação ao lucro líquido de R\$399.974 no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de 26,74%. As principais variações na comparação dos resultados dos três meses de 2022 e 2021 estão apresentadas a seguir.

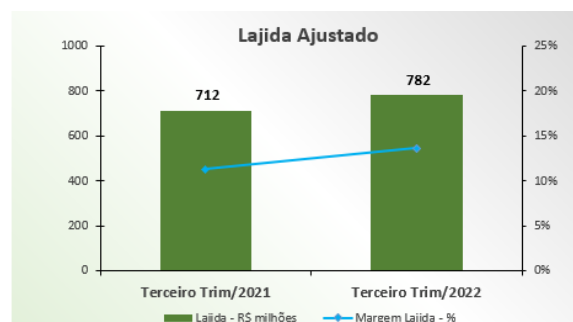
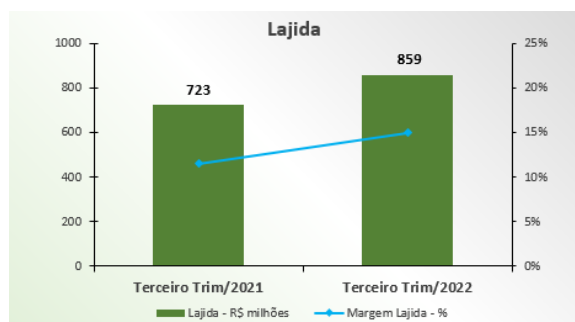
Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

O Lajida da Companhia, calculado de acordo com a Resolução CVM 156/2022, apresentou aumento de 18,86% no terceiro trimestre de 2022 quando comparado ao mesmo período de 2021, sendo de R\$858.979 no período de julho a setembro de 2022 e R\$722.661 no mesmo período de 2021. A margem do Lajida passou de 11,49% no terceiro trimestre de 2021 para 14,96% no mesmo período de 2022. No período de janeiro a setembro de 2022, o Lajida foi de R\$1.430.665, comparado a R\$2.058.547 no mesmo período de 2021, e a margem do Lajida passou de 13,07% no período de janeiro a setembro de 2021 para 9,64% no mesmo período de 2022.

O Lajida ajustado pela exclusão de itens não recorrentes aumentou 9,88% no terceiro trimestre de 2022 em comparação ao mesmo período de 2021, sendo de R\$781.838 no período de julho a setembro de 2022, comparado a R\$711.529 no mesmo período de 2021. A margem do Lajida ajustado passou de 11,31% no terceiro trimestre de 2021 para 13,62% no mesmo período de 2022. No período de janeiro a setembro, o Lajida ajustado aumentou 3,49%, sendo de R\$2.037.814 no período de janeiro a setembro de 2022, comparado a R\$1.969.054 no mesmo período de 2021. A margem do Lajida ajustado passou de 12,50% no período de janeiro a setembro de 2021 para 13,73% no mesmo período de 2022.

Lajida - R\$ mil	Terceiro Trim/2022	Terceiro Trim/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Lucro líquido do período	506.928	399.974	(17.423)	1.139.767
Despesa de IR e contribuição social	175.269	154.503	(221.107)	430.925
Resultado financeiro líquido	(11.465)	(2.606)	1.126.692	(13.064)
Amortização	188.247	170.790	542.503	500.919
= Lajida (1)	858.979	722.661	1.430.665	2.058.547
Reversão de Provisões Tributárias - INSS s/ PLR	(42.433)	(11.132)	(42.433)	(89.493)
Devolução de Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	-	-	829.783	-
TARD relacionado a uso de infraestrutura	-	-	(145.493)	-
Provisões Tributárias - Indenização do Anuênio	95.861	-	95.861	-
Alteração na estimativa das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(130.569)	-	(130.569)	-
= Lajida ajustado (2)	781.838	711.529	2.037.814	1.969.054

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156/2022, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o Lajida calculado em conformidade à Resolução CVM 156/2022 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinários.



Receita operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Terceiro Trím/2022	Terceiro Trím/2021
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos	4.499.920	5.619.044
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	706.087	445.089
Receita de uso da rede - consumidores livres	991.869	893.562
Constituição (realização) de CVA e outros componentes financeiros	(395.654)	1.116.248
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	1.050.012	486.414
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(10.361)	17.934
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(13.668)	(7.454)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes	125.463	226.649
Outras receitas operacionais	850.935	414.008
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas	(2.063.713)	(2.920.492)
Total	5.740.890	6.291.002

Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede - consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$4.499.920 no terceiro trimestre de 2022, em comparação a R\$5.619.044 no mesmo período de 2021, representando uma redução de 19,92% na receita. Os principais impactos no período decorrem dos seguintes fatores:

Composição do fornecimento por classe de consumo	Terceiro Trím/2022			Terceiro Trím/2021			Variações (%)	
	MWh	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (1)	MWh	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (1)	MWh	R\$
Residencial	2.706.219	2.079.674	768,48	2.757.428	2.857.043	1.036,13	(1,86)	(27,21)
Industrial	395.043	284.861	721,09	424.825	349.472	822,63	(7,01)	(18,49)
Comércio, serviços e outros	1.061.850	1.068.683	1.006,43	974.873	1.141.112	1.170,52	8,92	(6,35)
Rural	924.189	538.961	583,17	1.163.562	762.327	655,17	(20,57)	(29,30)
Poder público	201.625	144.977	719,04	167.875	140.233	835,34	20,10	3,38
Iluminação pública	287.126	120.307	419,00	257.999	174.829	677,63	11,29	(31,19)
Serviço público	359.448	192.393	535,25	362.058	238.744	659,41	(0,72)	(19,41)
Subtotal	5.935.500	4.429.856	746,33	6.108.620	5.663.760	927,18	(2,83)	(21,79)
Consumo próprio	6.761	-	-	7.835	-	-	(13,71)	-
Suprimento a outras Concessionárias (2)	-	15.176	-	-	-	-	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	54.888	-	-	(44.716)	-	-	(222,75)
Total	5.942.261	4.499.920	-	6.116.455	5.619.044	-	(2,85)	(19,92)

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

- redução de 10,99% no preço médio faturado da classe Rural somada à redução de 20,57% da energia faturada devido, principalmente, à redução do número de consumidores dessa classe, os quais migraram para outras classes como consequência do atendimento à Resolução Normativa (REN) Aneel nº 901/2020, a qual determinou a readequação de clientes que não realizassem seu recadastramento e comprovação da atividade geradora do benefício tarifário que faziam jus;
- redução de 12,39% no preço médio faturado da classe Industrial somada à redução de 7,01% da energia faturada devido, principalmente, à retração do setor industrial no estado em relação ao mesmo período do exercício anterior;
- redução de 14,09% no preço médio faturado da classe de Comércio e Serviços somada a um aumento de 8,92% da energia faturada devido, principalmente, ao aumento no número de consumidores nesta classe, incluindo a migração das classes Rural e Serviços Públicos, em atendimento à Resolução Normativa (REN) Aneel nº 901/2020;
- redução de 13,89% no preço médio faturado da classe do Poder Público somada ao aumento de 20,10% da energia faturada devido, principalmente, ao aumento no número de consumidores nesta classe, incluindo a migração de clientes das classes de Serviços Públicos e Rural, em atendimento à Resolução Normativa (REN) Aneel nº 901/2020.

Receita de uso da rede - consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No terceiro trimestre de 2022, essa receita correspondeu ao montante de R\$991.869, comparada a R\$893.562 no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de 11,00%.

Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 22,82% na tarifa média sobre os clientes livres no 3º trimestre de 2022, comparado ao mesmo período de 2021, parcialmente compensado pela redução na alíquota de ICMS, resultante da promulgação da Lei Complementar nº 194/2022. Adicionalmente, verificou-se um aumento de 1,75% no transporte de energia no período, comparado ao mesmo período do exercício anterior.

	MWh		
	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Var %
Industrial	5.271.247	5.179.727	1,77
Comercial	422.502	381.813	10,66
Rural	8.961	11.484	(21,97)
Serviço Público	-	1.080	-
Poder Público	620	-	-
Concessionárias	89.145	118.642	(24,86)
Total de energia transportada	5.792.475	5.692.746	1,75

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, em que se destacam a conta de desenvolvimento energético (CDE) e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição.

No terceiro trimestre de 2022 foi reconhecida uma despesa no montante de R\$395.654, em comparação ao reconhecimento de uma receita no montante de R\$1.116.248 no mesmo período de 2021. Essa variação deve-se, principalmente, à redução dos custos com energia adquirida no ambiente regulado em 2022 em comparação aos valores considerados na tarifa.

Ver mais informações na nota explicativa nº 11.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$1.050.012 no terceiro trimestre de 2022, comparados a R\$486.414 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 115,87%. Tal aumento deve-se, basicamente, à maior execução do plano de investimentos da Companhia em relação ao período comparado, destacando-se o atendimento rural e de crescimento de mercado, medição de energia e blindagem da receita, além do segmento de subtransmissão, relativo à expansão e digitalização da alta tensão.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Receita com Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes

As receitas com transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) alcançaram o montante de R\$125.463 no terceiro trimestre de 2022, comparadas a R\$226.649 no mesmo período de 2021. O MVE é um instrumento regulamentado pela Aneel que permite a comercialização do excedente de contratação de energia elétrica pelas distribuidoras, ou seja, a quantidade de energia que extrapolar aquela necessária para o atendimento dos consumidores cativos.

Tributos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$2.063.713 no terceiro trimestre de 2022, comparados a R\$2.920.492 no mesmo período de 2021, representando uma redução de 29,34%, decorrente, principalmente, dos fatores destacados a seguir:

Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

As bandeiras tarifárias são acionadas quando da baixa do nível dos reservatórios, representando maiores encargos, em função da escassez de chuvas. A bandeira vermelha é classificada em patamares 1 e 2, sendo o patamar 2 acionado quando da maior criticidade do nível dos reservatórios. O acionamento das bandeiras tarifárias gera impactos no faturamento do mês subsequente.

Não ocorreram encargos no terceiro trimestre de 2022, sendo que no mesmo período de 2021 foi registrado o montante de R\$130.290. Essa variação decorre do acionamento das bandeiras mais gravosas no período de 2021, comparado a nenhum acionamento no trimestre atual.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$926.143 no terceiro trimestre de 2022, comparados a R\$606.427 no mesmo período do exercício anterior, representando um aumento de 52,72%. Esse é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Demais tributos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$5.070.158 no terceiro trimestre de 2022, comparados a R\$5.739.131 no mesmo período de 2021, representando uma redução de 11,66%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 23.

Participação de empregados e administradores no resultado

A despesa com participação dos empregados e administradores no resultado foi de R\$10.582 no terceiro trimestre de 2022, comparada a R\$38.124 no mesmo período de 2021, representando uma redução de 72,24%. Esta variação decorre, basicamente da alteração nos critérios para cálculo da participação nos períodos em comparação, conforme disposto nos acordos coletivos relativo ao Programa de Participações nos Lucros e Resultados da Cemig de 2022 e 2021.

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$338.420 no terceiro trimestre de 2022, comparada a R\$291.678 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 16,03%. O principal fator que impactou essa despesa foi o aumento de 19,48% nas despesas com manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos, sendo de R\$112.736 no terceiro trimestre de 2022, comparada a R\$94.356 no mesmo período de 2021. Esse aumento decorre, principalmente, do aumento de aproximadamente 22% no valor do serviço contratado.

Provisões para contingências

As provisões para contingências apresentaram constituição de R\$84.698 no terceiro trimestre de 2022, comparada a uma constituição de R\$8.077 no mesmo período do exercício anterior. Essa variação justifica-se, principalmente, pela alteração de prognósticos em provisões tributárias, tendo sido constituída provisão de R\$95.861 no terceiro trimestre de 2022, relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios pagos aos empregados em 2006, a qual foi parcialmente compensada pela reversão de R\$42.433 da provisão relacionada às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Mais informações na nota explicativa nº 20b.

Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa

A despesa com perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa apresentou reversão de R\$85.706 no terceiro trimestre de 2022, em comparação à constituição de R\$29.676 no mesmo período de 2021. Essa variação decorre da alteração, em agosto de 2022, do limite para reconhecimento integral de perdas, passando de 12 para 24 meses, a fim de refletir de forma mais adequada a estimativa das perdas esperadas referentes aos saldos vencidos de clientes.

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$2.460.498 no terceiro trimestre de 2022, comparada a R\$3.729.505 no mesmo período de 2021, uma redução de 34,03%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- redução de 11,29% nas despesas com energia elétrica de Itaipu, sendo R\$425.463 no terceiro trimestre de 2022 comparadas a R\$479.619 no mesmo período de 2021, justificado, principalmente, pela redução no preço da demanda definida por resolução, em dólar, de R\$28,07/KW para R\$24,73/KW;
- redução de 71,36% nas despesas com energia de curto prazo, sendo R\$184.796 no terceiro trimestre de 2022 comparadas a R\$645.344 no mesmo período de 2021, justificado, principalmente, pela variação do PLD nos períodos comparados, com média de R\$581,71 no terceiro trimestre de 2021 contra R\$66,43 no período de 2022;
- redução de 55,93% nas despesas com energia adquirida em leilão, sendo de R\$925.614 no terceiro trimestre de 2022 comparadas a R\$2.100.340 no mesmo período de 2021. Essa redução decorre, principalmente, da redução nos despachos por disponibilidade das usinas térmicas e da redução de aquisição de energia via Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD;
- as reduções acima foram parcialmente compensadas pelo aumento de 44,76% nas despesas com geração distribuída, sendo de R\$490.163 no terceiro trimestre de 2022, comparadas a R\$338.612 no mesmo período de 2021. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras e do aumento na quantidade de energia injetada (757.705 MWh no terceiro trimestre de 2022, comparado a 494.016 MWh no mesmo período de 2021).

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Mais informações na nota explicativa nº 23a.

Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$617.023 no terceiro trimestre de 2022, comparados a R\$670.720 no mesmo período de 2021, representando uma redução de 8,01%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação verificada se justifica, principalmente, pela redução de 98,46% nos custos com Encargo de Serviços do Sistema (CCEE-ESS), decorrente do menor despacho de usinas fora da ordem de mérito, unida a uma redução de aproximadamente 10% na tarifa de rede básica, cujo reajuste se deu em julho de 2021. Essa redução foi parcialmente compensada pelo aumento nos custos com Encargo de Energia de Reserva (CCEE-EER), devido à redução do PLD médio no terceiro trimestre de 2022, em comparação ao mesmo período do exercício anterior, o que coloca a Companhia em posição devedora.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no terceiro trimestre de 2022 foi uma receita financeira líquida de R\$11.465 comparada a uma receita financeira líquida de R\$2.606 no mesmo período de 2021. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 79,18% na variação monetária de CVA, sendo de R\$38.210 no terceiro trimestre de 2022, comparada a R\$21.325 no mesmo período de 2021. Esta variação decorre, principalmente, do aumento da taxa Selic, que teve sua taxa média de 13,56% a.a. no 3º trimestre de 2022, comparada à taxa média de 4,95% a.a. no mesmo período de 2021;
- a variação monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures foi uma receita líquida de R\$10.247 no terceiro trimestre de 2022, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$68.665 no mesmo período de 2021. Esta variação decorre, principalmente, da variação do IPCA, principal indexador utilizado para a atualização monetária das dívidas da Companhia, que apresentou uma variação negativa de 1,32% de julho a setembro de 2022, comparada à variação positiva de 3,02% no mesmo período de 2021;
- aumento de 104,29% na receita financeira com renda de aplicações financeiras, sendo de R\$51.858 no terceiro trimestre de 2022, comparada a R\$25.385 no mesmo período de 2021. Essa variação decorre, principalmente, do aumento da taxa Selic em comparação ao mesmo período de 2021.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 24.

Imposto de renda e contribuição social

A Cemig Distribuição apurou, no terceiro trimestre de 2022, uma despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$175.269 em relação ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social de R\$682.197. No terceiro trimestre de 2021, a Companhia apurou despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$154.503 em relação ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social de R\$554.477.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 8c.

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Presidente

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Marney Tadeu Antunes
Diretor Cemig Distribuição

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor Cemigpar

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor sem denominação

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador - CRC-1SP/242.451-04



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Ênfase

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas 28 às informações contábeis existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia e na sua controladora Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos decorrentes destes processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 29 de março de 2022 sem modificação e às demonstrações do resultado e do resultado abrangente do período de três e nove meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses do trimestre findo em 30 de setembro de 2021 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 11 de novembro de 2021, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira

Contador CRC 1SP259468/O-7